



Londrina PR, de 02 a 05 de Julho de 2019.

**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Eixo: Fundamentos do Serviço Social - Ênfase: Formação Profissional

**A importância das Diretrizes Curriculares e o Projeto Ético
Político na formação de Assistentes Sociais**

Gisele Dayane Milani ¹
Camile Biscola do Vale ²
Perla Cristina da Costa Santos do Carmo ³

Resumo: O propósito deste texto é realizar uma leitura crítica acerca da intrínseca relação entre as Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social da ABEPSS de 1996, resultante de determinantes histórico-sociais da sociedade brasileira e da ação de sujeitos profissionais, e o Projeto Ético-Político Profissional no processo formativo em Serviço Social. Para tanto, realizamos pesquisa bibliográfica e de campo para embasamento teórico-crítico e empírico. Concluimos com análises referentes aos pontos críticos não esboçados pelas sujeitas pesquisadas, tais como a necessária relação e referência entre as três, uma vez que participam de diferentes ângulos que devem estar em relação orgânica.

Palavras-chave: Serviço Social; Diretrizes Gerais; Projeto Ético-Político Profissional.

Abstract: The purpose of this text is to realize a critical analyze about the intrinsic relationship between the General Guidelines for the Social Service course of the ABEPSS 1996, resulting from historical-social determinants of brazilian society and the action of professional subjects, and the Ethical-Political Project professional in the formative process of Social Work. For this, we did a bibliographical and field research for theoretical-critical and empirical basis. We conclude with analyses referring to the critical points not referred by the researched subjects, such as the necessary relation and reference among the three, since they participate in different angles that must be in organic relation.

Keywords: Social Work; General Guidelines; Professional Ethical-Political Project.

¹ Assistente Social concursada na Prefeitura Municipal Sertãozinho-SP. Doutoranda em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP. Bolsista CAPES. Mestre em Serviço Social pela PUC/SP (2016) e mestre em Economia (2016) especialidade Avaliação e Gestão de Políticas Sociais pela Université Pierre-Mèndes France - UPMF em Grenoble, França. E-mail: giselemilani@hotmail.com

² Doutoranda em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo- PUC/SP e bolsista da CAPES pelo Programa Institucional de Doutorado Sanduiche no Exterior na Universidade de Lisboa, Instituto de Ciências Sociais – ISCSP, Processo nº 88881.190308/2018-01. Mestre em Gerontologia Social – PUC- SP. Docente no curso de Serviço Social da Universidade Brasil. E-mail: camilesocial@hotmail.com

³ Doutoranda em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo- PUC/SP e bolsista da CAPES. Mestre em Serviço Social – PUC- RJ. Especialista em Formulação e Gestão de Políticas Públicas para Seguridade Social (UFRJ) e em Direitos Profissionais e Competências Profissionais (Unb – CFESS). E-mail: perlacristinarj@hotmail.com



1 INTRODUÇÃO

O propósito deste texto é realizar uma leitura crítica acerca da intrínseca relação entre as Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social da ABEPSS de 1996, resultante de determinantes histórico-sociais da sociedade brasileira e da ação de sujeitos profissionais, e o Projeto Ético-Político profissional no processo formativo em Serviço Social. Para tanto, realizamos pesquisa bibliográfica e de campo para embasamento teórico-crítico e empírico.

Diante desse propósito, a primeira análise que fazemos é que nesses mais de oitenta anos de Serviço Social no Brasil o projeto de formação profissional ganhou novos objetivos e sentidos, diferenciando-se da direção social marcada desde a fundação do primeiro curso em 1936. Desde o chamado “Congresso da Virada” de 1979, marco público e coletivo, o Serviço Social brasileiro tem como prioridade a formação profissional.

No Brasil, a década de 1980 foi marcada pela ascensão dos movimentos sociais, organização e lutas operárias e sindicais, além das mais diversas formas de enfrentamento ao período ditatorial instalado desde 1964. Inserido nesse contexto de luta pela redemocratização, o Serviço Social recebe novas demandas e precisa respondê-las.

Esse processo resultou em “[...] significativas alterações nos campos do ensino, da pesquisa e da organização político-corporativa dos assistentes sociais [...]” (IAMAMOTO, 2014, p. 615) e também deu sustentação à criação de um novo projeto de profissão com base no referencial crítico-marxista, denominado de Projeto Ético-Político do Serviço Social. Esse período é considerado um marco para o Serviço Social brasileiro e nele foram construídos aportes teórico-metodológicos que norteiam o projeto acadêmico-profissional com base na teoria social crítica para compreensão da configuração da sociedade a partir das classes sociais e de suas lutas.

2 DIRETRIZES CURRICULARES E O PROJETO ÉTICO POLÍTICO

As diretrizes trouxeram uma nova concepção de formação profissional para assistentes sociais no Brasil e têm como antecedente o currículo mínimo de 1982, o qual foi concebido no processo de transição do período ditatorial e do movimento latino-americano



de reconceituação do Serviço Social e buscava-se a ruptura com o conservadorismo, historicamente presente na profissão.

Após uma década de vigência desse currículo e face às transformações societárias ocorridas nas relações entre Estado e sociedade civil, no mundo do trabalho, e de mudanças e determinações político-econômicas (que rebatem no trato às expressões da questão social), foi necessário aprimorar a qualificação profissional para intervenção nas novas demandas provenientes desses tempos sombrios de violação e perdas de direitos historicamente conquistados pela classe trabalhadora.

Como afirma Netto (1999, p. 13):

Todos os esforços foram dirigidos no sentido de adequar a formação profissional, em nível de graduação, às novas condições postas seja pelo enfrentamento, num marco democrático, da “questão social” exponenciada pela ditadura, seja pelas exigências intelectuais que a massa crítica em crescimento poderia atender.

A formação se constitui em um dos pilares do Projeto Ético-Político. Este último emerge a partir da intenção de ruptura com o conservadorismo do Serviço Social e tem sua história iniciada na transição da década de 1970 até 1980, ou seja, num momento de desenvolvimento do Serviço Social brasileiro. Segundo Netto (1999, p.1) “é neste processo de recusa e crítica do conservadorismo que se encontram as raízes de um projeto profissional novo, precisamente as bases do que se está denominando projeto ético-político”.

Em suma, o projeto ético-político do Serviço Social apresenta “uma imagem ideal da profissão, os valores que a legitimam, sua função social e seus objetivos, conhecimentos teóricos, saberes interventivos, normas, práticas etc.” (NETTO, 1999). Esse projeto representa oposição ao conservadorismo, “[...] alimento central para conservar a sociedade capitalista”. (BOSCHETTI, 2015, p. 639). Esse projeto de peso ideopolítico e teórico-metodológico determinou a opção profissional por uma direção social estratégia com refrações na formação, no exercício profissional e na organização política da categoria.

Enquanto o Serviço Social construía seu projeto ético-político e avançava na formação profissional, o projeto societário de inspiração neoliberal no marco da reestruturação produtiva também avançou, com seus visíveis resultados no âmbito da privatização do Estado, desproteção social, desnacionalização da economia, etc.

No Brasil, país de capitalismo periférico e dependente, o projeto hegemônico em curso da educação superior vinculou-se às exigências de rentabilidade econômica e aos



Londrina PR, de 02 a 05 de Julho de 2019.

interesses burgueses. Em decorrência dos ideais neoliberais, alastrou-se a contrarreforma da educação e o intenso processo de expansão da educação superior, promovido pelas ações e programas dos últimos governos e por sua relação com organismos internacionais, a exemplo do Banco Mundial.

Em face desse cenário são aprovadas as Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social em novembro de 1996. Entretanto, em dezembro do mesmo ano é promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) que representa a agenda neoliberal de desmonte e flexibilização da educação, mas, contraditoriamente, também tem em si históricos avanços para a educação enquanto política social.

É importante, pois, elucidar a relação indissociável entre teoria-prática e a importância desse binômio inseparável na formação e no exercício profissional, no sentido de fortalecer o projeto ético político profissional - não há separação entre teoria e prática na perspectiva de análise crítico-dialética.

Também fazemos a referência ao estágio, em razão de sua relevância político-pedagógica no processo de formação e também no exercício profissional em Serviço Social. Neste ano, o estágio é tema de campanha da ABEPSS: "Sou Assistente Social e Supervisiono Estágio - A supervisão qualifica a formação e o trabalho".

Em contraposição à direção da política de educação subordinada ao capital, nesse movimento marcado pela contradição, ainda que em condições adversas, as entidades representativas do Serviço Social expressas no conjunto CFESS/CRESS, ABEPSS e ENESSO têm realizado enfrentamentos diante da precarização da formação profissional e construído uma agenda de lutas e de defesa das Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996.

Por sua vez, os instrumentos para orientação e fiscalização do exercício profissional também se relacionam com a defesa da formação conforme as Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social, a exemplo das Resoluções que formam um arsenal jurídico-normativos a fim de respaldar o exercício profissional e regulamentar temas pertinentes à formação contribuem para sua construção de uma educação de qualidade e de reafirmação do Projeto Ético-Político.

Por isso, se faz cada vez mais necessário o compromisso com o projeto ético-político e:

Do ponto de vista estritamente profissional, o projeto implica o compromisso com a competência, que só pode ter como base o aperfeiçoamento intelectual do assistente social. Daí a ênfase numa formação acadêmica qualificada, fundada em



Londrina PR, de 02 a 05 de Julho de 2019.

concepções teórico-metodológicas críticas e sólidas, capazes de viabilizar uma análise concreta da realidade social – formação que deve abrir a via à preocupação com a (auto)formação permanente e estimular uma constante preocupação investigativa (NETTO, 1999, p.16).

“A luta pelo ensino público, laico, universal, de qualidade, presencial, de acesso e permanência a todos é uma luta histórica da classe trabalhadora no Brasil” (ABRAMIDES, 2012, p. 7). Ainda que subsumidos ao modelo educacional burguês, as bases teórico-metodológica e ético-política do projeto hegemônico do Serviço Social podem se alinhar a projetos educacionais comprometidos com a emancipação humana.

Entretanto, dada a essência da ordem capitalista, o modelo de educação do qual o Serviço Social se orienta e almeja não poderá ser alcançado em sua plenitude, fato que não impossibilita que processos de ampliação e consolidação de direitos sociais sejam ressignificados tomando a educação como mediação à superação deste tipo de sociedade, optando “[...] por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero” (CFESS, 2012, p. 24).

Diante disso, a pesquisa pleiteia enfatizar os desafios enfrentados pela categoria profissional, na implementação das diretrizes curriculares e projeto ético político profissional, sendo representados aqui nas figuras do aluno estagiário, professor/ supervisor acadêmico e supervisor de campo, durante o processo de ensino aprendizagem, no preparo efetivo para o agir profissional, na construção de um perfil profissional crítico e criativo. Através dos depoimentos colhidos apresentaremos reflexões acerca do tema explanado, com análises críticas.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para o presente trabalho, a definição de pesquisa encontra-se embasada em Minayo (2004, p. 17) que faz a seguinte abordagem: “Entende-se por pesquisa a atividade básica da ciência na sua indagação e construção da realidade”. É a pesquisa que sustenta um bom trabalho, ela nos diz o que existe no momento presente.



Neste sentido a pesquisa em questão é de natureza qualitativa defendida por Minayo como sendo,

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (MINAYO, 2004, p.22).

A metodologia qualitativa baseia-se em significados das ações e relações humanas. Em uma pesquisa, o processo de trabalho é iniciado com um problema ou uma pergunta, mas seu término é capaz de deixar alguns pontos de interrogações. Para uma pesquisa qualitativa é necessária uma proximidade maior com o campo de observação, para se ter uma visão mais ampla do fenômeno estudado.

Para Martinelli (1999), as pesquisas qualitativas buscam conhecer a história de vida e as experiências sociais dos sujeitos. Uma pesquisa qualitativa busca objetivos definidos, e nunca é feita somente para o pesquisador, como para o pesquisado também. Martinelli leva em consideração que a pesquisa qualitativa: [...] é que exatamente por ser um exercício político, uma construção coletiva, não se coloca como algo excludente ou hermético, é uma pesquisa que se realiza pela via da complementaridade, não da exclusão. (MARTINELLI, 1999, p. 27).

Para apresentar reflexões sobre a formação profissional, utilizaremos a pesquisa de natureza qualitativa e a metodologia de história oral. Como instrumento de coleta de dados, utilizaremos o roteiro de entrevista semi-estruturada, que entende-se, segundo Lang (1998),

As entrevistas semi-estruturadas permitem ao entrevistado maior espaço possível para o relato oral sobre as experiências obtidas, “serve também para os entrevistados relatarem a complexibilidade”, revelando assim a realidade social a que se sujeitam, tendo como ponto de partida a compreensão de que “o relato oral não constitui a verdade absoluta, mas mostra a verdade do entrevistado”. (LANG, 1998, p. 12).

Utilizamos o termo história oral por ser uma forma específica de discurso: “a história oral evoca uma narrativa do passado; indica um meio de expressão, sendo também um campo de estudo que se dedica à narrativa e linguística”. Ou ainda, a História oral é “um



discurso dialógico de que os entrevistados dizem através da nossa presença em campo e por nossa apresentação do material”. (PORTELLI, 1997, p. 12).

Para a realização das entrevistas utilizaremos o gravador conforme descrito no Termo de Consentimento Livre. O relato oral será realizado através de gravação, depoimentos pessoais, isto é, investigações ligadas à memória individual, uma prática que está sendo chamada na França de “arquivos orais”, e noutros países recebe o nome de “informação viva”. (PORTELLI, 1997, p.12).

A técnica de depoimentos pessoais que utiliza o gravador “limita-se ao espaço de investigação representado pelo presente e pelo passado imediato, isto é, pelo período que possa ser armazenado na memória dos indivíduos”. (QUEIROZ, 1988, p. 74).

Ao término do registro dos depoimentos dos sujeitos entrevistados, iniciaremos a transcrição. Entende-se por transcrição, “a reprodução de um documento em plena e total conformidade com sua primeira forma, em total identidade, sem nada que o modifique; é aplicado a documentos orais”. A reprodução é efetuada “com o fim específico da conservação dos mesmos em local onde fiquem preservados, porém onde possam também ser facilmente atingido por quem deseje consultá-los”. (QUEIROZ, 1991, p.86).

3.1 Os sujeitos da Pesquisa

Entrevistamos duas profissionais assistentes sociais e uma estudante do curso de Serviço Social, todas as selecionadas estão participando do processo de formação do Serviço Social. Sendo elas:

1) Supervisora de Campo: 32 anos. 10 anos de formada. Assistente Social concursada, prefeitura de São Caetano do Sul.

2) Professora Supervisora Acadêmica: 41 anos. Assistente Social, 16 anos de formada. Professora da Disciplina de Supervisão Acadêmica, doutoranda no curso de Serviço Social.

3) Aluna de Serviço Social/ Estagiária Educação: 26 anos. Estudante do 6º semestre do curso de Serviço Social e estagiária na área da educação.



3.2 Relatos e Análise

No que diz respeito ao entendimento das Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social, as entrevistadas narraram que:

Supervisora de Campo:

“Entendo como Diretrizes curriculares para o curso de Serviço Social, os princípios norteadores e fundamentais para a formação do assistente social. Uma espécie de pilar para curso de graduação de Serviço Social, onde consta o currículo mínimo para a formação de novos assistentes sociais”.

Professora e Supervisora Acadêmica:

“Entendo como um documento que serve como norteador das disciplinas e que compõem uma nova lógica curricular ao curso de Serviço Social. As Diretrizes consolidam um projeto de formação novo nos anos 1990, ela se inscreve como parte das ações de fortalecimento do projeto ético, político e profissional que, desde a década de 1980, vem sendo coletivamente construído pela categoria dos assistentes sociais.”

Aluna de Serviço Social:

“O Serviço Social está muito atrelado à caridade, mas o assistente social não é um profissional da caridade, porque se fosse não estudaria por quatro anos para aprender a ser caridoso com ninguém. As diretrizes estão ligadas a formação profissional que ao meu entendimento servem para direcionar tanto a instituição educacional quanto ao estudante em formação, uma série de conhecimentos fundamentais, que são as diretrizes, para o exercício da profissão, para que aquele aluno ao se formar seja capaz de enxergar a realidade social, ter uma percepção dos desafios que vão surgindo e que ele seja capaz de construir ações interventivas positivas e viabilizar direitos sociais. (Aluna de Serviço Social).”

Em relação às Diretrizes Curriculares para o curso de Serviço Social, podemos notar que a supervisora de campo, ainda que sua fala denote posicionamento teórico e político para a formação, não enfatiza o processo formativo como um dos pilares do projeto ético político profissional. Com entendimento teórico-crítico, a supervisora acadêmica faz a articulação anteriormente exposta. No que se refere à discente, podemos observar que inicia uma reflexão (tão cara no meio acadêmico) de situar expressões singulares (e da tradição conservadora da profissão) a um nível de abstração necessário



para apreensão das particulares determinações. Para nós, organicamente envolvidas com o processo de ensino aprendizagem, foi importante notar que as entrevistadas não utilizaram de discursos e posturas contrárias ao direcionamento ético-político do projeto de profissão, de suma importância para o processo formativo em Serviço Social.

Indagadas sobre o que pensam em relação à materialização das Diretrizes Curriculares no processo de formação acadêmico profissional, as entrevistadas manifestaram:

Supervisora de Campo:

Em relação à materialização é sempre um desafio, principalmente nesse momento de precarização do direito e das relações de trabalho, outra questão é a quantidade de faculdades privadas no curso de Serviço Social, que demonstram, segundo relato dos próprios alunos, não estarem preocupados com a materialização das diretrizes. Cumprem apenas as obrigações e sempre que possível, tentam dar um “jeitinho” que beneficie a instituição e não o processo de formação. Ao meu ver a materialização é algo que requer o comprometimento dos profissionais assistentes sociais envolvidos nesse processo. Por todos esses motivos, vejo a materialização como um desafio grande para a sua efetivação direta (Supervisora de Campo).

Professora e Supervisora Acadêmica:

A materialização acontece a partir das disciplinas e das atividades pedagógicas realizadas pelos docentes. Porém dependerá de como cada docente fará essa aproximação, a fim de adequar a cada realidade, seja do discente e da instituição de ensino (Professora Supervisora Acadêmica).

Aluna de Serviço Social:

Vejo de forma concreta nas dimensões profissionais que nos é apresentada em sala de aula com muita ênfase que são elas, teórico- metodológico e que traz toda a história e evolução do Serviço Social. Teorias e as metodologias principais que são importantes para que o profissional tenha embasamento, técnico- operativo, que são os instrumentais necessários para a profissão e é toda prática do profissional baseando- se na teoria ensinada na faculdade e o ético-político, que se baseia na ética profissional na nossa ação, compromisso com a mudança e a transformação social (Aluna de Serviço Social/ Estagiária da Educação).

Podemos analisar que a fala da supervisora de campo remete (ainda que não de forma direta) considerações no âmbito macro-societário, situando as contradições impostas no circuito da mundialização do capital, na precarização do trabalho e na mercantilização do ensino superior – massificando-o e encontra no ensino a distância sua maior expressão. Ainda que não tenha exposto, de fato, como se dá a materialização das diretrizes, fez um apontamento importante sobre o compromisso com o comprometimento



da categoria profissional nesse processo, que, ao nosso ver, pode ocorrer via compromisso com as três dimensões ético-política, técnico-operativa e teórico metodológica que não podem ser desenvolvidas de forma separada, sob o risco de cair nas armadilhas da despolitização e da fragmentação (participes do passado da profissão), assim como a necessidade da articulação entre teoria e realidade, investigação e intervenção, e por fim pesquisa e ação. Nessa mesma linha, com suas peculiaridades, encontram-se as demais falas.

Tanto a supervisora acadêmica quanto a professora, concordam que a materialização das diretrizes está relacionada com o perfil do profissional assistente social, em que cada sujeito realiza de uma forma diferente, apesar da diretriz ser única as abordagens serão diferentes.

Outro item que chamou atenção, foi a fala da supervisora de campo que expressou que no dia a dia nem sempre a materialização acontece como o planejado, devido as instituições de ensino que não apresentam preocupação com o processo de ensino aprendizagem e que muitas vezes, o aluno acaba sendo mais um número de matrícula, cumprindo as exigências por obrigações e não pelo compromisso com a educação e formação de novos profissionais.

Em relação a fala da aluna, a mesma não expressou nenhuma insatisfação em relação a materialização das diretrizes, apenas enfatizou o que lhe é ensinado.

Sobre a importância do estágio no processo de formação acadêmico-profissional, em suas narrativas comentam as seguintes questões:

Supervisora de Campo:

O estágio é um divisor de águas na vida do estudante, eu brinco que é o primeiro momento que o aluno tem contato com a teoria na prática. Considero o estágio de extrema importância na formação do aluno, momento único de aprendizagem, de fortalecimento do conhecimento, momento de reflexão desenvolvimento de novas competências e identificação de demandas e desafios propostos para os assistentes sociais. É no estágio que o aluno acompanha o cotidiano do assistente social e faz articulação entre o ensino e prática, tendo contato com a totalidade da ação profissional. Supervisora de Campo.

Professora e Supervisora Acadêmica:

Avalio como experiência vital no processo de formação do futuro profissional. Ela torna-se essencial pois permite uma maior aproximação com a realidade estudada,



com também permite ao estagiário fazer articulações e mediações entre a teoria e a prática. Professora Supervisora Acadêmica.

Aluna de Serviço Social:

Ao meu ver é de extrema importância pois possibilita conciliar teoria e prática, a possibilidade de conhecer campos de atuações e as diferentes formas de se atuar, impulsionar o aluno a desenvolver habilidades que são necessárias ao exercício profissional, viabilizar o aluno à traçar um perfil profissional futuro, propositivo, criativo, investigativo, etc. Aluna de Serviço Social

Faremos a análise do processo de estágio baseada em Iamamoto (2013). Para a autora, muitas vezes o estágio é revestido com “mito da técnica” e “ensino da prática”. Entendemos que o ensino da prática remete a um momento muito amplo e privilegiado que é o do processo de formação acadêmico-profissional. Trazemos também as considerações de Buriolla (2011), que apresenta o estágio como:

“um campo de treinamento, um espaço de aprendizagem do fazer concreto do Serviço Social, onde um leque de situações, de atividades de aprendizagem profissional se manifestam para o estagiário, tendo em vista sua formação. O estágio é o lócus onde a identidade profissional do aluno é gerada, construída e referida; volta-se para o desenvolvimento de uma ação vivenciada, reflexiva e crítica”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De modo geral, podemos analisar que as supervisoras acadêmica e de campo não expuseram a necessária relação entre ambas, uma vez que participam de diferentes ângulos multifacéticos que devem estar em relação orgânica: a supervisora de campo tem, por meio desse processo, a possibilidade de fazer novas reflexões a partir da aproximação com a academia (via supervisor acadêmico e aluno); a supervisora acadêmica que se aproxima da realidade concreta do exercício profissional e alimenta a academia com dilemas da profissão. E, ainda, não houve menção da Política Nacional de Estágio da ABEPSS de 2010.

Para o/a estudante, o supervisor de campo desempenha uma função pedagógica, além de representar a matriz profissional para esse aluno. Por meio do estágio, tem a



Londrina PR, de 02 a 05 de Julho de 2019.

possibilidade releitura crítica das ações profissionais nesse lócus privilegiado de síntese do processo formativo de uma profissão eminentemente interventiva.

Adicionamos que uma formação comprometida e com qualidade produz impactos e e contribui com a qualidade no atendimento ao usuário e comprometimento com o projeto ético-político da profissão.

Desta forma, sabemos que esta discussão é permanente e que não se esgota neste artigo. Acreditamos que fornecemos uma pequena contribuição neste debate tão importante e tão necessário da construção de sujeitos profissionais que tenham sua prática profissional pautada nos princípios éticos e políticos da profissão - duramente atacado no cenário neoliberal atual.

Finalizamos compartilhando o desejo expresso por lamamoto (2013): “almeja-se capacitar o aluno a tratar as pequenas questões da prática cotidiana como grandes desafios intelectuais e operativos”.



REFERÊNCIAS

ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Diretrizes Curriculares da ABEPSS. 1996.** Disponível em: <<http://www.abepss.org.br/diretrizes-curriculares-da-abepss-10>>. Acesso: 06 ago. 2018.

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. **As contrarreformas do ensino superior e a luta pela educação de qualidade.** Serv. Soc. & Saúde, Campinas, SP v. 11, n. 1 (13), p. 7-26 jan./jun. 2012.

BOSCHETTI, Ivanete. **Expressões do conservadorismo na formação profissional.** Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n.124, p.637-651, out./dez.2015.

BURIOLLA, Marta Alice Feiten. O estágio supervisionado. 7.ed. São Paulo: Cortez 2011.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. Código de ética do/da assistente social. In: **Código de ética do/da assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão.** 10ª ed. revista e atualização. Brasília: CFESS, 2012.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro.** Serviço Social Sociedade, São Paulo, n.120, 2014.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos.** Serviço Social Sociedade, São Paulo, n.120, 2014.

QUEIROZ, Maria Isaura. **Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva.** São Paulo: T. A Queiroz, 1991, p.73 - 90.

LANG, A. B.S. et al. **História oral e pesquisa sociológica: a experiência do CRU.** São Paulo, Humanitas,1998.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Pesquisa Qualitativa, um instigante desafio.** Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Identidade São Paulo: Editora Veras

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social.** In: MINAYO, DESLANDES, Suely Ferreira; NETO, Otávio Cruz; GOMES, Romeu. Teoria, método e criatividade: Petrópolis: Vozes, 23ª ed. 2004.

NETTO, José Paulo. **A construção do projeto ético-político contemporâneo.** In: Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 1. Brasília: CEAD/ABEPSS/CFESS, 1999. Disponível em: < http://www.ssrede.pro.br/wp-content/uploads/2017/07/projeto_etico_politico-j-p-netto_.pdf>. Acesso em: 31 jul. 2018.

PORTELLI, Alessandro. **O que faz a história oral diferente.** In: Cultura e Representação. São Paulo: Projeto História, nº. 14. Educ, 1997.